WWW.JORNALATOS.NET A SUA INFORMAÇÃO DIÁRIA

JORNAL ATOS

ANO 28 | R$ 1,50 | RMVALE, QUARTA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2021 | N.º 3.947

Professores cobram uso de verba no Fundeb em reforma de escolas

Educadores discordam de compra de "mansões milionárias"; remanejamento de verbas vai para votação

Rafaela Lourenço
Lorena

O cenário político de Lorena tem nova polêmica. A última sexta-feira (18) foi marcada pelo protesto de professores em frente à Prefeitura, reivindicando explicações sobre recursos excedentes do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Sem bonificação e com escolas sucateadas, a classe segue indignada com possíveis compras milionárias de imóveis, que devem ser votadas nesta segunda-feira (20), na Câmara.

A falta de estrutura, de materiais básicos como folhas sulfite, gizes e cadernos estão entre as representações de professores e professoras que foram até a Prefeitura manifestarem o descontentamento com a realidade da educação pública. Além de não terem uma bonificação como a de 2020, de R$ 3,5 mil cada, os profissionais que convivem com problemas estruturais como infiltrações, goteiras e móveis deteriorados se indignaram ao saberem da destinação da sobra do Fundeb deste ano (R$ 47 milhões) para compra de dois imóveis, totalizando cerca de R$ 5 milhões.

Segundo a professora Rita de Cássia, de 39 anos (17 deles dedicados à Educação) "eles pagam para dar aulas", explicando que na falta de material utilizam recursos próprios para não desassistirem os alunos. "A gente acaba tirando do bolso, sendo que esse dinheiro poderia ser completamente investido nisso". A educadora relembrou os investimentos próprios e de colegas durante a pandemia, como a ampliação da internet para as aulas remotas.

Em reunião com o Conselho do Fundeb, na última quinta-feira (17), a classe soube da intenção de compra dos imóveis, um para uso do CRE (Centro de Reabilitação Especializado) e outro para um centro de formação dos professores, o que, para os docentes, seria um absurdo, já que há escolas públicas que não têm condições de receberem os estudantes.

Para a professora da escola Vovó Fiuta, Ana Paula Figueiredo, de 54 anos e que atua na rede há 32, exigir esses direitos básicos chega a ser revoltante e desrespeitoso. "Todas as cidades estão dando o resíduo do Fundeb e só Lorena alega ter gasto esse dinheiro com cursos, compras exorbitantes de casas milionárias que não valem esse preço. Estamos sabendo que as casas precisam de reforma, que estão sendo superfaturadas. Esse dinheiro é para reverter para as escolas que estão caindo aos pedaços", frisou emocionada.

Por nota, minutos antes da manifestação com direito a cartazes pedindo justiça, transparência e gritos de protesto como "educação sim, mansão não", a Prefeitura alegou que "... apesar de reconhecer os grandes desafios enfrentados pelos profissionais da Educação quando do retorno das aulas presenciais, em especial, no que tange aos recursos e a atuação mais próxima do alunado para fortalecimento dos vínculos, não há possibilidade, nesse momento, de pagamento de bônus aos profissionais da educação, em especial, pelas exigências impostas pela Lei Complementar nº 173/2020, que proíbe expressamente em seu artigo 8, VI a criação ou majoração de bônus ou abonos (trecho de nota publicada nas redes sociais da Prefeitura)".

Fotos: Rafaela Lourenço

Manifestação de professores em frente à Prefeitura de Lorena; grupo pede emprego de verba do Fundeb para reformar escolas municipais

Por outro lado, cidades como Pindamonhangaba aprovaram a gratificação ao corpo docente com o valor remanescente de 2021.

Inconformados com a falta de respostas, a pressão na Prefeitura surtiu efeito. O vice-prefeito Humberto Ballerini e a secretária de Educação Rosana Carvalho receberam pela manhã, durante o protesto, um grupo de professoras. Após horas de conversa, Rita de Cássia, uma das presentes, ressaltou à reportagem do **Jornal Atos**, que nada havia sido resolvido e que aguardariam um posicionamento para os próximos dias.

Já Rosana Carvalho explicou que as reinvindicações são justas e que na segunda-feira conversará com o prefeito Sylvio Ballerini (PSDB), que cumpria agenda em São Paulo. "Ainda não é fato a compra desses prédios. Essa possibilidade existe, mas ainda não é fato", frisou a secretária ao também afirmar que não há sobra para fazer rateio para os professores, já que a administração atingirá os 70% necessários de investimentos com folha de pagamento.

Informação confirmada pelo presidente do Conselho do Fundeb, José Carlos Alves, que também esclareceu dúvidas sobre um investimento de aproximadamente R$ 5 milhões no Portal da Transparência. Não são relacionados à formação de professores e sim à formação do fundo do Fundeb, um repasse municipal para agregar aos investimento federais.

Alves explicou ainda que, ao analisar as planilhas com dados oficiais do Banco do Brasil, foi constatado que até 31 de setembro, 65,67% dos 70% necessários ao ano com folha de pagamento haviam sido registrados, mas que dos 30% necessários com obras e manutenções, Ballerini investiu apenas 1,42%, mesmo com recursos nos cofres públicos. "A impressão que passa é a seguinte: 'eu não gastei durante o ano, eu tenho prazo pra poder aplicar, então vou fazer a toque de caixa só para justificar meu erro'. Existe a possibilidade séria, muito possível, de nós reprovarmos essas contas, mas temos que aguardar".

A discussão sobre os imóveis deve seguir até esta segunda-feira, com a presença confirmada dos professores na Câmara. O presidente do Legislativo, Fabio Longuinho (PSD), ressaltou que será votada a autorização de um crédito suplementar, ou seja, um remanejamento de verba para o Executivo, e não a autorização de compra destes imóveis. A sessão extraordinária terá início às 14h.

Longuinho explicou ainda que nenhum projeto sobre bonificação foi enviado para análise dos vereadores. "Não é um projeto que deva sair da Câmara, pois não temos capacidade postulatória para um projeto desta magnitude, deve ser um projeto de origem obrigatória do Poder Executivo".

Câmara de Pinda anuncia devolução de R$ 16 milhões para a Prefeitura

Projeção no plenário é que montante seja devolvido ao Município ainda no início de janeiro; Executivo mantém a expectativa orçamentária de R$ 621 milhões para 2022

Bruna Silva
Pindamonhangaba

A presidência da Câmara de Pindamonhangaba anunciou, nesta semana, a devolução de R$ 16 milhões para Prefeitura, ainda no começo de 2022. O montante poderá ser empregado em ações de investimento em Saúde, Obras e Educação.

A cidade contará com orçamento de R$ 621 milhões para o ano que vem, dividido em 14 secretarias, gabinete do prefeito Isael Domingues (PL), Câmara de Vereadores e Fundação Dr. João Romeiro. Entre as pastas que receberão maiores incentivos estão a Saúde, acima de R$ 190 milhões; Educação, R$ 153 milhões; Governo e Serviços Públicos R$ 63,8 milhões.

A Câmara terá à sua disposição R$ 13,2 milhões. Embora fossem permitidos R$ 29 milhões, a Casa devolverá antecipadamente ao Executivo R$ 16 milhões, que poderão ser empregues em ações de incentivo à Saúde e Educação, a partir do início de 2022.

Segundo o presidente da Casa, José Carlos Gomes, o Cal (Republicanos), no próximo dia 22, serão devolvidos à cidade mais R$ 3 milhões que correspondem ao orçamento de 2021. Ao avaliar as atividades da Casa ele foi otimista, apesar das dificuldades enfrentadas com a segunda onda de Covid-19 nos primeiros meses do ano. Cal ressaltou também a votação e aprovação de projetos de extrema relevância, como o Plano Diretor, que estava parado há mais de um ano, além das obras de saneamento básico nos bairros Queiroz e Bom Sucesso, na região rural. "As redes de água e esgoto no Colmeia, no Ribeiro Grande, estão liberadas. (...) São várias obras que a Câmara votou e o prefeito usou para fazer melhorias".

Legislativo e Prefeitura articulam ainda a abertura da licitação do transporte público, que está vencida. A expectativa é que situação seja solucionada com celeridade.

Os parlamentares se preocupam também com a administração do Pronto Socorro, que deve ser deixada pela Aceni (Associação das Crianças Excepcionais de Nova Iguaçu) no fim deste ano, conforme atendimento ao Tribunal de Contas.

Uma das possibilidades, segundo o presidente, é que a Prefeitura reassuma a condução da unidade de saúde. O tema segue em discussão.

Fotos: Bruna Silva

A mesa diretora da Câmara de Pinda; Legislativo devolve R$ 16 milhões

ATOS E FATOS

Professor Márcio Meirelles

"Você tem todas as características de um político popular: uma voz horrível, má educação e péssimos modos".

Aristófanes

DEMOCRACIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A grande maioria da população brasileira acredita que democracia é ter o direito de votar a cada dois anos.

Na verdade, o conceito de democracia é o de que o povo exerce a soberania para que as decisões sejam tomadas para o bem da sociedade.

O objetivo é garantir que as decisões tomadas beneficiem a sociedade como um todo.

O presidente atual foi eleito em um dilema que o nosso sistema eleitoral nos coloca: eleger o menos ruim, risco que corremos na próxima eleição!

Vivenciarmos um ambiente de incertezas quanto a lisura das decisões do poder judiciário, uma banca de negócios no legislativo e a corrupção nos rodeando, o autoritarismo...

O longo caminho a percorrer na construção de um consenso em torno de coisas básicas e que precisam ser entendidas como a independência dos poderes, direita e esquerda ou centrão, não são os donos da legitimidade democracia, o uso adequado dos direitos individuais, a preservação da liberdade de expressão.

E, por último, o preceito básico: o poder emana da vontade da sociedade e não dos governantes!

Temos uma Constituição que resistiu diferentes visões políticas.

Somos uma democracia testada e aprovada, apesar de nos três últimos anos presenciarmos fatos que a colocava em risco!

O desafio para o futuro presidente resume-se em uma avalanche de problemas econômicos e sociais não resolvidos ao longo das últimas décadas.

O pretenso candidato a eleição presidencial deverá fazer uma retrospectiva econômica, a começar na década de 1950, para entender o passivo de problemas que encontrará pela frente que influenciam a situação econômica atual do país.

No período de 1950 a 1980, a economia praticamente multiplicou por dez o seu PIB.

O interior abrigava dois terços da população brasileira e seis em cada brasileiro estavam empregados no setor rural que representava um quarto do PIB e 90% das exportações, das quais 65% era o café.

Os indicadores sociais continuavam extremamente ruins, diferenças regionais, mortalidade infantil da região nordeste, uma taxa de analfabetismo de 25% e uma evasão escolar impressionante.

Mas, mesmo assim, o país passou por uma transformação profunda, cresceu a taxas elevadas e deixou de ser um país agrícola para se tornar um país urbano.

Se de um lado o país passa a ser um país industrializado melhorando os seus indicadores econômicos agrava o problema da habitação, saneamento básico, escolaridade, saúde, a mortalidade infantil, e, ainda, alta para padrões modernos, a miséria, pobreza, baixa renda, desemprego, enfim, um passivo social não resolvido.

Embora a economia tenha crescido vigorosamente – o país que mais cresceu no mundo no período de 1950/1980 – a desigualdade e a pobreza permaneciam elevadas.

No período de 1980 até 2011 o país cresceu muito pouco e a produtividade praticamente não avançou diante da baixa escolaridade do trabalhador brasileiro.

Por outro lado, a escolaridade média da população aumentou de forma expressiva (período FHC) e uma melhoria dos indicadores da pobreza e desigualdade, em compensação, uma inflação a ser controlada, uma dívida interna monstruosa, dívida externa impagável e a busca da estabilidade da moeda.

O próximo presidente terá que ter um perfil de reformador, pois a crise econômica e social são problemas não resolvidos a partir de 1950

A "herança maldita" deixada pelos militares.

Esta, maldita mesmo!

No segundo mandato do ex-presidente Lula, com a destruição do Plano Real e o relaxamento no controle das contas públicas e sua sucessora, no período de 2014 e 2016, o pior crescimento do país nos últimos 120 anos.

A recuperação da economia foi lenta e gradual com choques negativos como a greve dos caminhoneiros em 2018, o desastre de Brumadinho, crise argentina, a guerra comercial EUA X China e, por último, a pandemia.

O crescimento da economia fraco e a inauguração de um velho sistema econômico conhecido pela sociedade: a recessão.

A pior consequência deste período de fraqueza da atividade econômica no Brasil é o alto desemprego e a situação do mercado de trabalho, falta de credibilidade externa, baixo investimento.

Eliminar as incertezas e voltar a agenda das reformas vai ser fundamental no processo de retomada da economia.

O próximo presidente terá que ter um perfil de reformador, pois a crise econômica e social são problemas não resolvidos a partir de 1950.

É governo para as próximas gerações!

Polícia e Cruzeiro buscam alternativas para conter onda de assassinatos

Reunião discute plano de medidas de segurança pública; município é o terceiro com mais registro de vítimas na região

Fotos: Divulgação PMC

Reunião entre o prefeito Thales Gabriel Fonseca e representantes de entidades da segurança pública; ações para próximo ano

Lucas Barbosa Cruzeiro

Buscando alternativas para conter a onda de assassinatos que atinge Cruzeiro em 2021, representantes da Prefeitura e das polícias Civil e Militar participaram de uma reunião na última terça-feira (14) para discutirem estratégias e ações conjuntas. Terceira cidade da região mais violenta, Cruzeiro registra em dezembro seis homicídios dolosos (quando existe a intenção de matar) num período de apenas 12 dias.

Além do prefeito Thales Gabriel Fonseca (PSD), o encontro no gabinete contou com as presenças de diversas autoridades municipais e regionais em Segurança Pública. Representando a Polícia Civil, participaram o diretor do Deinter 1 (Departamento de Polícia Judiciário do Interior), Célio José da Silva, o delegado titular da DIG (Delegacia de Investigações Gerais) de Cruzeiro, Sando Franqueira, e a delegada seccional de Cruzeiro, Sandra Vergal. A Polícia Militar foi representada pelo comandante do 23º BPMI (Batalhão da Polícia Militar do Interior), tenente coronel José Ronaldo Andrade; o comandante do Baep (Batalhão de Ações Especiais da Polícia), Sergio Silva; o comandante da 4ª Companhia de Cruzeiro, capitão Tiago Evilásio; e o secretário de Segurança Pública de Cruzeiro e ex-delegado José Antônio de Paiva. O grupo discutiu ações que poderão ser implementadas para tentar frear o avanço de mortes violentas na cidade.

De acordo o Executivo, o prefeito se colocou à disposição na busca por recursos junto ao Governo do Estado e para realizar melhorias na infraestrutura de pontos da cidade em que as polícias Civil e Militar apontem propensão para a ocorrência de novos assassinatos.

Paiva revelou que outra medida apresentada pela Prefeitura foi o andamento do projeto de reformulação da Guarda Civil Municipal, que possibilitará que em breve os agentes passem a atuar armados. Durante a reunião, as autoridades municipais e policiais trataram ainda sobre a necessidade de interligar as setenta câmeras do COI (Centro de Operações Integradas) de Cruzeiro ao sistema Detecta, ferramenta de monitoramento inteligente do Estado capaz de identificar placas de veículos roubados e até mesmo realizar o reconhecimento facial de criminosos procurados pela Justiça.

De acordo com o secretário de Segurança Pública de Cruzeiro, existe a intenção de que o Detecta abranja todo o Vale Histórico (sub-região de Cruzeiro), inclusive as divisas com os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Na área social, a atual gestão municipal revelou na reunião que intensificará o oferecimento de atividades culturais e esportivas nos bairros com maior índice de violência, com o objetivo de afastar os jovens da criminalidade.

A expectativa do Executivo e das autoridades policiais é que o plano de ações leve a redução de mortes violentas na cidade, que de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado contabiliza trinta vítimas de assassinato entre janeiro e outubro deste ano. O número é 25% superior ao registrado no mesmo período de 2020, que foi de 24 casos. O montante coloca o município como o terceiro mais violento da RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte), ficando atrás de Taubaté (42) e de São José dos Campos (40).

Para discutirem o andamento dos projetos de Segurança e definirem ações conjuntas de combate à criminalidade, os representantes da Prefeitura e das polícias Civil e Militar deverão participar de novas reuniões ao longo de 2022.

Dezembro – Assim como os meses anteriores, dezembro também tem sido sangrento em Cruzeiro. Com seis assassinatos até a última sexta-feira (17), a cidade enfrenta um momento crítico. Entre os casos, os dois mais recentes foram registrados no último dia 12. O primeiro ocorreu por volta das 20h30 no bairro Itagaçaba, vitimando Márcio Ramos Vieira, 43 anos, que caminhava por um trecho da Rua 1 quando foi surpreendido pelos ocupantes de um carro. Na sequência, um dos criminosos efetuou oito disparos de arma de fogo contra o pedestre, que morreu no local.

A Polícia Civil de Cruzeiro abriu um inquérito para tentar identificar o assassino e a motivação do crime.

O outro caso ocorreu por volta da meia-noite, na região central. De acordo com o boletim de ocorrência, a vítima, Wellington Charles Avelar, que tinha 19 anos, conversava com amigos num quiosque na praça 9 de Julho, quando foi surpreendido por um atirador. Armado com um revólver, o adolescente de 16 anos efetuou diversos disparos contra Avelar, que chegou a ser encaminhado à Santa Casa de Cruzeiro, mas morreu logo após dar entrada na unidade.

O crime foi flagrado pelas câmeras e pela equipe do COI. Com as informações transmitidas, a PM conseguiu apreender o assassino na praça Matriz, no Centro. Encaminhado ao 2º Distrito Policial, o menor infrator permaneceu à disposição da Justiça. Além de receptação, o menor já havia sido apreendido também por tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo.

Expediente

Jornal Atos
CNPJ 00.159.914/0001-08
Registro Civil: Cartório de Registros e Anexos - Guaratinguetá nº 9 - Fl 25 - Lv B-1
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 27 Prot. Of. A-1. Lv. B-1, Fl. 29
www.jornalatos.net / e-mail.: atosdiario@gmail.com

EDITOR: EDER BILLOTA
Escritório Adm.: R. Mal. Deodoro da Fonseca, 173 - CEP.: 12401-010
Tel.: (12)3522-9571- Pindamonhangaba
Escritório Logística.: R.Dr. Castro Santos, 83 CEP.: 12505-010/ **Tel. (12) 3133-3257** Guaratinguetá
Central de Redação e Gráfica: Estrada Santa Teresinha, 301 - CEP.: 12.608-100 - Lorena-SP
Tels.: (12) 3301-5005/3152-2148

Representante em São Paulo-SP: Revesp Representações - Tel.: (11) 5051-4611
Circulação: Aparecida - Cachoeira Paulista - Canas - Cruzeiro - Cunha Guaratinguetá - Lorena - Pindamonhangaba - Potim - Roseira e Cidade do Vale Histórico

IMPRESSÃO: BILLOTA JORNAIS LTDA - ME
CNPJ: 06.304.064/0001-62 / INSCRIÇÃO ESTADUAL: 420.128.993-114
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. e Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 29 Prot. Of. A-1 Lv. B-1, Fl.

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO BAIRRO JARDIM VISTA ALEGRE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ELEIÇÃO

A Associação de Amigos do Bairro Jardim Vista Alegre (AABAJAVAL), por seu presidente, convoca todos os moradores dos Bairros Rio Comprido e Jardim Vista Alegre, à se reunirem em Assembleia Geral Eleitoral, nos termos do item II do artigo 13, para eleição e posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, OBSERVANDO O SEGUINTE: a) A eleição será realizada no dia 21 de janeiro de 2022, no horário compreendido entre 14:00 horas às 18:00 horas; b) A coleta de votos será feita através de uma única urna, que estará instalada na sede da associação à Rua Maceió, nº 168, Jardim Vista Alegre, Guaratinguetá-SP; c) O prazo para registro de chapas será de 10 (dez) dias a contar da publicação deste edital; d) O prazo de impugnação de candidaturas será de 5 (cinco) dias a contar da publicação das chapas inscritas que será feita por meio de edital fixado na sede da associação, no dia seguinte ao termino do prazo de inscrição de chapas; e) As inscrições de chapas deverão ser feitas diretamente na secretaria da associação à Rua Maceió, nº 168, Jardim Vista Alegre, Guaratinguetá-SP, no horário de funcionamento, das 10:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, e deverá conter integralmente candidatos para todos os cargos efetivos e suplentes; f) A posse dos eleitos será imediatamente a apuração e a proclamação do resultado.

Guaratinguetá, 21 de Dezembro de 2021.

Luís Carlos Apolinário Magalhães - Presidente.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE GUARATINGUETÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta na Diretoria de Ensino - Região Guaratinguetá - Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico n° 03/2021, Processo SEDUC-PRC-2021/44903, Oferta de Compra n° 080308000012021OC00063, do tipo menor preço, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações - BEC/SP, objetivando contratação de empresa especializada em PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, QUE APRESENTEM LIMITAÇÕES MOTORAS E OUTRAS QUE ACARRETEM DIFICULDADES DE CARÁTER PERMANENTE OU TEMPORÁRIO NO AUTOCUIDADO. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia 06/01/2022 às 9 horas.

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO – DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 477/2021 SUP – 10368/2021 GPRO
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: contratação de serviços de confecção, montagem e impressão de carnês de IPTU, ISS e de carta de cobrança (auto envelopes) das taxas de licença para o exercício de 2022., conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste contrato, no projeto básico e na proposta, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.
CONTRATADA: SMARAPD INFORMÁTICA LTDA -CNPJ/MF Nº: 50.735.505/0001-72
VALOR TOTAL: R$ 17.108,00(dezessete mil, cento e oito reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses - DATA DA ASSINATURA: 17/12/2021

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO - PE Nº 20/2021 PROC. Nº 380/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Ata de Registro de Preços para aquisição de óleos lubrificantes e itens afins, para atender a frota municipal, que integrou o Edital em todos os termos e condições, quando deles a Secretaria requisitante tiver necessidade.
Contratada: UNIMAQUINAS FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS EIRELI ME - CNPJ: 08.932.903/0001-12
Vencedora dos itens: 05,08,19,29,30
Valor total: R$ 32.295,20 (trinta e dois mil, duzentos noventa e cinco reais e vinte centavos)
DATA DA ASSINATURA: 17/12/2021
Contratada: J. MARANGONI COMERCIAL – IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI EPP - CNPJ: 20.649.395/0001-65
Vencedora do item: 11
Valor total: R$ 4.311,00 (quatro mil, trezentos e onze reais)
DATA DA ASSINATURA: 17/12/2021
Contratada: RICARDO JULIANO FRANK ROSA ME - CNPJ:59.522.599/0001-76
Vencedora dos itens: 01A04,06,07,09,10,12A18,20A28
Valor total: R$ 233.700,16 (duzentos trinta e três mil, setecentos reais e dezesseis centavos)
DATA DA ASSINATURA: 17/12/2021

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Nº 01 - Contrato 41/2021 – TP 02/2021 – Proc. Licitatório 201/2021
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA
CONTRATADO: VALEENGENHARIA EIRELI ME - CNPJ: 17.590.226/0001-92
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de aproximadamente 23,57% (vinte e três inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) ao valor do contrato nº 41/2021, decorrente do Processo Licitatório nº 201/2021, TP nº 02/2021, firmado em 01/09/2021, nos termos previstos em sua Cláusula 1.3.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com respaldo no art. 65, I, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e na cláusula 1.3. do contrato original, ficam acrescidos aproximadamente 23,57% (vinte e três inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento), equivalentes a R$ 11.247,87 (onze mil, duzentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos), ao valor global do contrato, destinados a alteração quantitativa.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor total deste termo aditivo, para cobrir as despesas relativas à alteração do Contrato é de R$ 11.247,87 (onze mil, duzentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos).
SUBCLÁUSULA ÚNICA: O valor global do contrato passará para R$ 58.963,94 (cinquenta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e quatro centavos).
CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.
DATA DA ASSINATURA: 17/12/2021

ITAGUARÁ COUNTRY CLUBE
CONSELHO DELIBERATIVO
BIÊNIO 2020-2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 49; Art. 50 inciso I § 2º; Art. 51 inciso I, Art. 54 e Art. 63 § 1º.

Às Sras./ Srs. Associados Proprietários e Associados Juniores do Itaguará Country Clube quites com suas obrigações Estatutárias, vimos informar da Ordem do Dia, data e horário da Convocação as Vs. Sas. em atendimento aos artigos em referência.

ORDEM DO DIA:

- Eleição Parcial do Conselho Deliberativo.
- Proclamação Conselheiros Eleitos.

Dia : Domingo 20 de março de 2022

Hora : 1ª Convocação : 8:00 hs
2ª Convocação : 9:00 hs

Término Assembleia as 17:00 hs

Local : Casa Sede:
Praça 13 de maio nº 90 / B: Pedregulho / Gtá / SP

Obs.: **1 -) Inscrições Candidatos: de 01 março a 15 março de 2022. (Art. 62 do Estatuto).**
2 -) Orientações aos Associados Candidatos; Vide, Capitulo V. - Do Conselho Deliberativo - Composição, Competência e Funcionamento. Art. 63 a 88, Estatuto Social.

Guaratinguetá, 16 de dezembro de 2021.

José Aluísio Pacetti Junior
Presidente do Conselho Deliberativo
Biênio 2020/2022

A eficiência dos serviços de saneamento e o impacto na geração de emprego

Águas Piquete reforça a importância do setor para a economia

Da Redação
Piquete

Com a aprovação do novo marco regulatório, as empresas de saneamento já começaram a se movimentar e gerar, direta e indiretamente, novos postos de trabalho, contribuindo com o crescimento da economia do Brasil. De acordo com estudo realizado pelo Instituto Trata Brasil, o país pode gerar 11,9 milhões de empregos com a aplicação de 304 bilhões de reais até 2033.

É considerado saneamento básico os serviços, instalações e infraestruturas operacionais de abastecimento de água potável, manejo de resíduos sólidos e drenagem, bem como manuseio das águas pluviais urbanas e esgotamento sanitário, como consta na Lei nº 11.445/07.

Em Piquete, a concessionária responsável pelo abastecimento de água da cidade que pertence ao grupo Iguá Saneamento, investe em ações de planejamento, infraestrutura e prevê novos projetos para o ano que vem.

"Hoje já contribuímos com a geração de renda local, já que nossa mão de obra é composta por moradores do município. A empresa, ao longo dos anos, vem promovendo diversas melhorias no tratamento e distribuição de água, como a redução drástica de perdas e a ampliação da oferta do serviço, chegando aos bairros que antes não usufruíam desse benefício", disse o diretor geral da Águas Piquete, Mateus Banaco.

Para o início de 2022, a empresa fará investimentos expressivos, como a implantação de uma nova adutora que irá contribuir no escoamento da água em pontos estratégicos nos bairros Vila Esperança e Tabuleta.

Sobre a Águas Piquete - Por meio de concessão plena com validade de 30 anos, a Águas Piquete assumiu os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Piquete/SP em 2010. A empresa atende a cerca de 13 mil pessoas e tem como objetivo universalizar o acesso da população à água de qualidade e à coleta e tratamento de esgoto. Desde 2017, faz parte da Iguá Saneamento, companhia

Sobre a Iguá Saneamento:

A Iguá é uma companhia de saneamento, controlada pela IG4 Capital, que atua no gerenciamento e na operação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário por intermédio de concessões e de parcerias público-privadas. Uma das principais operadoras privadas do setor no país, atualmente está presente em 38 municípios de seis estados brasileiros – Alagoas, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Paraná – por meio de 19 operações que beneficiam cerca de 7,2 milhões de pessoas. A Iguá possui quatro pilares essenciais que orientam a realização das ações socioambientais em todas as suas unidades operacionais, constituindo o planejamento estratégico SERR – Segurança hídrica; Eficiência na produção e distribuição de água; Responsabilidade na coleta e tratamento de esgoto; e Respeito às pessoas. Em 2020, a Iguá aderiu à Rede Brasil do Pacto Global (iniciativa das Nações Unidas), adotando e promovendo, em suas práticas de negócios, os Dez Princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. A companhia foi eleita, em 2020, pelo quarto ano consecutivo, uma ótima empresa para se trabalhar pela consultoria Great Place to Work (GPTW). Atualmente, emprega cerca de 1,5 mil pessoas. O nome Iguá é uma referência direta ao universo em que atua: em tupi-guarani, "ig" quer dizer água.www.igua.com.br

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito RECONHECE E RATIFICA com base no Art. 26 da Lei nº 8.666/93, a DISPENSA DE LICITAÇÃO referente ao Processo nº 477/2021SUP; 10368/2021GPRO, com fundamento no Art. 24, inciso II, da lei supracitada, cujo objeto consiste na contratação de serviços de confecção, montagem e impressão de carnês de IPTU, ISS e de carta de cobrança (auto envelopes) das taxas de licença para o exercício de 2022.
CONTRATADA: SMARAPD INFORMÁTICA LTDA
CNPJ/MF Nº: 50.735.505/0001-72 - DATA DA ASSINATURA: 17/12/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito RECONHECE E RATIFICA com base no Art. 26 da Lei nº 8.666/93, a DISPENSA DE LICITAÇÃO referente ao Processo nº 475/2021SUP; 10031/2021GPRO, com fundamento no Art. 24, inciso II, da lei supracitada, cujo objeto consiste no emplacamento de veículo para atender as necessidades da Secretaria de Saúde.
CONTRATADA: ESTAMPADORA TRIÂNGULO LTDA ME
CNPJ/MF Nº: 37.763.676/0001-47 - DATA DA ASSINATURA: 17/12/2021

A Prefeitura Municipal de Lorena, nos termos do Decreto n.º 7173/2018 e em cumprimento ao artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, sobre os recursos recebidos a título de transferência voluntária do Orçamento Geral da União, no valor de R$ 303.690,00 (Trezentos e Três mil, Seiscentos e noventa reais) para a conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 1067927-20/895313/2019, objeto: Pavimentação em vias públicas urbanas da Vila Rica, município de Lorena/SP

PREFEITURA DE LORENA
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PP Nº 37/2021 - PROC. Nº 397/2021

O Município de Lorena-SP torna público que, considerando os trabalhos realizados para o atendimento ao pregão acima referido, registrados em atas juntadas aos autos, nos termos da Lei n° 10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, cujo objeto é a prestação de serviços em realização transporte de pacientes em veículo ambulância simples, com equipe técnica de enfermagem e motorista necessários à remoção, o Sr. Prefeito Municipal HOMOLOGA a ADJUDICAÇÃO e autoriza a contratação da empresa vencedora:
Empresa: CLÍNICA MÉDICA VALE GUARATINGUETÁ LTDA - CNPJ: 19.432.770/0001-31
Vencedora dos Itens: 01,02,03 - Valor: R$ 792.000,00 (setecentos noventa e dois mil reais) - DATA DA ASSINATURA: 16/12/2021

PREFEITURA DE LORENA
ERRATA: PE Nº 28/2021, PROCESSO Nº 448/2021

O Município de Lorena-SP torna pública a CORREÇÃO da publicação da HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO do processo acima referido, onde lê-se: "01 de dezembro de 2021", leia-se "10 de dezembro de 2021".
O restante permanece inalterado.

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Nº 09 - Contrato 78/2018 – CP 02/2018 – Proc. Licitatório 155/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA
CONTRATADO: EPPO SANEAMENTO AMBIENTAL E OBRAS LTDA
CNPJ: 01.059.631/0001-49
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 78/2018, decorrente do Processo Licitatório nº 155/2018, CP nº 02/2018, firmado em 29/06/2018, nos termos previstos na cláusula 9.1.
CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência contratual por mais 06 (seis) meses, a partir de 30/12/2021.
CLÁUSULA TERCEIRA: Não se aplica o reajuste diante da não ocorrência da periodicidade mínima de 12 (doze) meses.
CLÁUSULA QUARTA: O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação do contrato, pelo período de 06 (seis) meses, é de R$ 3.318.264,07(três milhões, trezentos e dezoito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sete centavos)
CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
DATA DA ASSINATURA: 17/12/2021

ESTÉTA Modas
Pç. Dr. Arnolfo de Azevedo, 100
Lorena
Tel. 3153 3045

casa albano
Tecidos e Lingerie
R. Dr. Rodrigues de Azevedo - 142 - Lorena - (12)3152 1133 - beatrizaaarocha.uol.com

WR
Radiologia Odontológica Digital
www.wr.odo.br

Madeireira do Trêvo
Faça da nossa Loja a sua casa
Al. Ermênio Gomes, 25 Pq. Rodovias - Lorena - www.madeireiradotrevo.com.br

Nova análise de densidade larvária rastreia risco da dengue na RMVale

Cidades da região intensificam ações contra avando do mosquito transmissor; estudo viabiliza medidas de prevenção e contenção da doença no próximo ano

Bruna Silva
RMVale

Fotos: Reprodução PMS

Agente da Vigilância Epidemiológica faz visita a morador em trabalho para chegar à nova ADL, focando 2022; risco de casos aumenta na região

Buscando garantir a prevenção e contenção de uma possível epidemia no próximo ano, cidades da RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) realizam novas edições da ADL (Análise de Densidade Larvária) para identificar a proliferação do mosquito Aedes Aegypti. Guaratinguetá e Aparecida apresentam alto índice, o que representa risco de epidemia.

A chegada do período do chuvoso acende o alerta para o risco de elevação dos casos de dengue. As cidades já se preparam para o enfrentamento ao Aedes. Em Pindamonhangaba, a análise realizada em outubro apresentou 0,4% de proliferação, dado satisfatório, conforme o parâmetro do Ministério da Saúde. Aparecida registrou 3,1%, o que indica estado de alerta das autoridades municipais. Segundo a pasta responsável, os bairros com maior número de infestação são Santa Rita, Itaguaçu e Vila Mariana.

Situação semelhante é observada em Guaratinguetá, onde o IB (Índice Breteau) apontou 4,2%, isso é, a cada cem imóveis analisados, ao menos quatro apresentaram larvas do mosquito da dengue. O IPP (Índice de Infestação Predial), que apresenta a relação de residências positivas para larvas do Aedes chegou a 3,4%, indicando que a cada cem imóveis visitados, cerca de três possuem criadouros. A cidade já planeja intensificação das ações em ao menos duas áreas críticas com o apoio do Catabagulho, além de medidas de controle de criadouros e nebulização.

Em Cruzeiro, os dados também seguem em alta, em cerca de 2,4%. Já em Caraguatatuba, a pesquisa apontou que a taxa de infestação do mosquito é de 1,7%. A área um, que corresponde a região norte, próximo ao bairro Tabatinga, obteve o maior índice de infestação, cerca de 2,3%.

Para evitar o cenário epidêmico em 2022, a secretaria de Saúde tem realizado vistorias periódicas e bloqueios mecânicos. Os agentes do CCZ (Centro de Controle de Zoonoses) ainda estão percorrendo as ruas para a realização da última ADL do ano.

Embora não tenha apontado os números da densidade larvária, Ubatuba totalizou, somente em 2021, mais de 3,5 mil casos de dengue.

O Jornal Atos buscou dados dos municípios de Potim e São Sebastião sobre a dengue, mas até o fechamento desta matéria não obteve retorno.

Excluídos de bonificação pressionam Câmara por Fundeb

Mesmo com a manifestação de servidores públicos, somente professores devem receber o pagamento extra deste ano

Bruna Silva
Pindamonhangaba

Fotos: Bruna Silva

Funcionária da Educação de Pindamonhangaba protesta na Câmara; debate por bonificação do setor

Funcionários da secretaria de Educação de Pindamonhangaba estiveram na Câmara, na última segunda-feira (13), para pressionarem os vereadores por inclusão da classe no pagamento do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica). A "falta de tempo hábil" e receio de prejudicar os professores estão entre as justificativas para a exclusão dos profissionais.

A polêmica acerca do novo Fundeb já se estende há cerca de 15 dias. Ainda no início deste mês, a Prefeitura emitiu uma nota esclarecendo que conforme a lei 14.113/2020, "o investimento mínimo para aplicação na folha de pagamento dos professores passou a ser de 70% da verba (procurada pela reportagem do **Jornal Atos**, a Prefeitura não soube estipular o valor que deveria ser repassado)".

Segundo discussão na Câmara, aproximadamente mil educadores devem receber a bonificação. Já os auxiliares de serviços gerais consideram injusto, argumentando que todos trabalharam durante o período mais severo da pandemia. "Por que foi votado somente para o professor? A Educação funciona somente com o professor?", questionou uma funcionária.

No projeto, a Prefeitura afirmou que "busca o reconhecimento de mérito dos professores da rede municipal de ensino por seus serviços prestados enquanto persistiram as medidas restritivas provocadas pela pandemia da Covid-19, considerando os gastos despendidos nestes dois anos, para que assim pudessem desenvolver suas atividades laborais junto aos alunos da rede municipal de ensino de Pindamonhangaba".

Devido as discussões que permeavam ainda a leitura dos requerimentos, a sessão foi suspensa por cerca de trinta minutos para que os parlamentares pudessem conversar com os manifestantes. Apesar das tratativas, os vereadores entenderam que não havia tempo hábil para a inserção, pois o benefício deve ser pago aos trabalhadores até o fim deste mês e a medida poderia ser vetada, assim como foi na cidade vizinha, Taubaté.

"Vamos jogar limpo com eles", afirmou o presidente da Casa, José Carlos Gomes, o Cal (PRB) ao explicar as condições e o cenário. Vela (PT) afirmou ainda que jamais enganaria o trabalhador e que se empenharia em mais causas de luta, mas que naquele momento se tornaria complicado, pois os professores poderiam chegar ao fim do ano sem a bonificação.

O pagamento foi aprovado por unanimidade.

O documento define que poderão receber o abono os integrantes do quadro do magistério, titulares de cargos ou funções-atividades previstas na lei municipal e os docentes com classes atribuídas de forma subsidiaria.

Além desta proposta, foi autorizado também a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 7,9 milhões na Educação.

A projeção é de que o Ensino Fundamental receba R$ 6,9 milhões, o Ensino Infantil R$ 650 mil e o EJA (Educação de Jovens e Adultos) R$ 350 mil, em 2022.